PAC – Prestação Anual de Contas - 2019

CEPRAG

Cooperativa de Eletricidade Praia Grande

Demonstrações Contábeis

CEPRAG - Cooperativa de Eletricidade Praia Grande
Dona Maria José, 323 - CEP: 88990-000
Praia Grande - SC.
CNPJ: 78.274.610/0001-70 - Inscrição Estadual: 251.070.727

Nossa Missão

"Distribuir energia elétrica de acordo com os padrões de qualidade, através da melhoria contínua dos processos, investindo em tecnologia, qualidade no atendimento e capacitação dos funcionários. Visando a satisfação dos consumidores, contribuindo para o crescimento sólido e sustentável, com base nos princípios cooperativistas."

CEPRAG

"Um sonho ontem, uma realidade hoje!"

ÍNDICE

1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 5

2 CARTA DO PRESIDENTE 6

3 DESEMPENHO OPERACIONAL 7

3.1 Distribuição de Energia Elétrica 7

3.2 Ligações de Consumidores 7

3.3 Comportamento do mercado 7

3.4 Distribuição direta por classe de consumo 8

3.5 Receita 8

3.6 Tarifas 9

3.7 Qualidade do fornecimento 9

3.8 Tecnologia da informação 10

3.9 Desempenho econômico – financeiro 10

3.10 Valor adicionado 10

3.11 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras 10

3.12 Composição das quotas do capital social 11

3.13 Atendimento aos associados e consumidores 11

4 GESTÃO 12

4.1 Planejamento Empresarial 12

4.2 Recursos Humanos 12

4.3 Responsabilidade Social 12

4.4 Responsabilidade Ambiental 14

4.5 Permissionária em números 14

4.5.1 Atendimento 14

4.5.2 Mercado 14

4.5.3 Dados Financeiros 14

4.6 Área de permissão 15

5 DESEMPENHOS COMERCIAIS 16

5.1 Vistorias nas Unidades consumidoras 16

5.2 Iluminação Pública 16

5.3 Plantão 24 horas 16

5.4 Aferições de medidores 16
5.5 Balanço Energético - Janeiro/2018 = Dezembro/2019 16
5.6 Conclusão 16
6 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2020 17
6.1 Na área administrativa 17
6.2 Na área técnica 17
6.3 Na área social 18
AGRADECIMENTOS 19
PARECER DO CONSELHO FISCAL 20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 21
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento do número de consumidores – dezembro 2019 7
Tabela 2– Exposição dos resultados de consumo 8
Tabela 3– Receita do fornecimento de energia 8
Tabela 4 – Tarifa média de fornecimento Energia Elétrica 9
Tabela 5– DEC/FEC 9
Tabela 6 – Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras 11
Tabela 7 – Gestão: Atendimento 14
Tabela 8 – Gestão: Mercado 14
Tabela 9 – Gestão: Dados financeiros 15

1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Cooperados,

Neste relatório, a Administração da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG apresenta os resultados do exercício de 2019. As informações constantes neste documento vem tornar público o acesso ao fluxo das atividades econômicas, técnicas e sociais realizadas neste período.

As demonstrações contábeis elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente estão anexas a este relatório, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da CEPRAG perante a sociedade, parceiros, órgão regulador e cooperados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

2 CARTA DO PRESIDENTE

O Exercício de 2019, foi marcado pela avaliação da caminhada de nossa Cooperativa. Nestes três últimos mandatos, o foco principal da Diretoria, foi investir fortemente em nosso Sistema de Distribuição de Energia. Ao invés de simplesmente fazermos manutenção, estamos construindo alimentadores novos. Possibilitando desta forma, atender ao desenvolvimento dos municípios de nossa área de atuação. Dar segurança para instalação de novos empreendimentos, certeza de continuidade e qualidade de fornecimento de energia, aliados ao interesse e parceria pela comunidade. Sempre respeitando as particularidades de cada município. Com suas culturas, suas tradições, e com isso, suas diferentes demandas. Agora, com mais segurança no sistema, equilíbrio nos níveis de tensão, podemos seguir nosso planejamento de expansão de redes.

A presença expressiva de associados em nossa AGO- Assembléia Geral Ordinária, aprovando as contas de 2019, e apoiando o planejamento estratégica da CEPRAG , nos dão a certeza de que estamos no caminho certo.

Investindo no presente, garantindo nosso futuro.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Distribuição de Energia Elétrica

A CEPRAG distribui energia elétrica em 03(três)municípios na sua área de atuação e também pequenas poligonais com a CELESC e CEJAMA nos municípios de Balneario Gaivota, Jacinto Machado e Santa Rosa do Sul, atendendo 16.716 consumidores cativos, instalados em sua área de permissão no Estado de Santa Catarina.

O objetivo da administração, substanciada em seu planejamento estratégico é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo assim o lado social do grupo de cooperados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas módicas e reduzidas, viabilizando a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais.

3.2 Ligações de Consumidores

No ano de 2019 foram realizadas 1499 ligações novas, desta forma o número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 3,96% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Crescimento do número de consumidores – dezembro 2019

	Número de unidades consumidoras				
Classe	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**	**2015**
Residencial	11.822	11.295	10.805	10.253	9.483
Industrial	467	523	474	476	441
Comercial	1.166	1.100	1.058	1.005	1.007
Rural	3.040	2.908	2.891	2.851	2.855
Poder público	116	117	124	127	127
Iluminação pública	76	84	92	105	113
Serviço público	**20**	17	14	15	14
Consumo próprio	**9**	10	10	10	10
TOTAL	**16.716**	**16.054**	**15.468**	**14.842**	**14.050**

3.3 Comportamento do mercado

O mercado energético em 2019 teve um leve declineo no número de consumidores industriais, resultado de mais uma crise econômica e política que nosso país atravessa, esperamos uma recuperação para o ano de 2020, para que ocorra o desenvolvimento social.

A CEPRAG não possui geração própria de energia, a energia comercializada é adquirida das concessionárias CELESC e CEEE.

3.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da cooperativa em 2019 foi de 49.464 MWh registrando um crescimento de 7,03% em relação ao ano de 2018.

As classes do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram: a residencial, rural e comercial.

Tabela 2– Exposição dos resultados de consumo

Classe	Consumo em MWH				
	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	21.225	19.514	18.352	16.903	15.578
Industrial	5.783	5.392	4.846	5.223	5.343
Comercial	9.895	9.330	8.580	7.946	7.859
Rural	8.657	8.027	7.835	7.436	7.109
Poderes Públicos	772	773	766	704	646
Serviços Públicos	549	538	545	445	333
Iluminação Pública	2.507	2.566	2.562	2.592	2.490
Consumo Próprio	76	73	75	69	82
TOTAL	**49.464**	**46.213**	**43.561**	**41.321**	**39.440**

3.5 Receita

A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício importou em R$ 33.054 milhões, conforme a tabela a seguir:

Tabela 3– Receita do fornecimento de energia

Classe	Receita Líquida em R$ mil				
	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	15.949	13.404	11.151	10.698	8.576
Industrial	4.080	3.605	3.323	3.714	3.340
Comercial	7.440	6.647	5.660	5.484	4.749
Rural	4.587	3.948	3.389	3.348	2.909
Poderes públicos	632	572	503	478	383
Iluminação pública	1.198	1.147	1.001	1.044	892
Serviço público	355	369	328	279	188
Renda não faturada	111	151	23	63	111
Subtotal	**34.352**	**29.843**	**25.378**	**25.108**	**21.148**
Serviços	112	103	90	79	68
Arrendamentos e aluguéis	540	223	272	212	202
Outras receitas	444	120	44	39	171
Receita reembolso	6.670	6.206	2.778	1.452	1.584
Subtotal	**42.118**	**36.495**	**28.562**	**26.890**	**23.173**
ICMS/ISS	(6.733)	(5.803)	(4.984)	(4.942)	(4.151)

PIS/COFINS					
Encargos do consumidor (RGR/CCC/CDE/P&D/PEE)	(2.331)	(2.352)	(2084)	(2.615)	(1.763)
TOTAL	**33.054**	**28.340**	**21.584**	**19.333**	**17.259**

3.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da CEPRAG em dezembro/2019 foi de R$ 523,77 por MWH.

Tabela 4 – Tarifa média de fornecimento Energia Elétrica

	Tarifa média de fornecimento				
Classe	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**	**2015**
	R$/MWH	**R$/MWH**	**R$/MWH**	**R$/MWH**	**R$/MWH**
Residencial	615,65	558,71	494,81	531,01	463,09
Industrial	516,68	486,48	502,82	535,18	470,45
Comercial	555,46	528,62	482,01	519,69	455,23
Rural	434,14	395,46	353,12	381,98	348,30
Poder público	625,85	566,93	505,25	540,94	476,54
Serviço público	472,08	503,07	436,91	470,35	423,35
Iluminação pública	344,19	311,76	277,97	302,10	268,53
Consumo próprio	626,09	568,73	503,43	543,20	467,34
MÉDIA	**523,77**	**489,97**	**444,54**	**478,06**	**421,60**

3.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor).

Tabela 5– DEC/FEC

Município	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**	**2015**	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**	**2015**
	DEC	**DEC**	**DEC**	**DEC**	**DEC**	**FEC**	**FEC**	**FEC**	**FEC**	**FEC**
Todos	**10,34**	**17,11**	**20,71**	**35,40**	**15,88**	**6,52**	**11,86**	**16,24**	**19,03**	**12,40**

3.8 Tecnologia da informação

A Ceprag busca o desenvolvimento das áreas de negócios da permissionária, principalmente as que depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, as quais permeiam e dão suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz mediante sistemas de informação (*softwares*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2019, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de tecnologia da informação foram:

- Implementação de mais 2 tabletes com o programa COD RT para a área de corte e religação, agilizando o processo com as informações no momento de sua execução.
- Funcionamento e manutenção do Site da CEPRAG;
- Instalação de sistema de alarmes Digital, com sistema via aplicativo no celular, na Sede, Area técnica e nos escritórios de São João do Sul, Passo de Torres e Rosa do Mar.
- Instalação de sistema de monitoramento com câmaras, na sede, área técnica e escritorios dos demais municípios.

3.9 Desempenho econômico – financeiro

A diretoria da CEPRAG, prioriza a manutenção da saúde administrativa e financeira da cooperativa, procurando reduzir ao máximo as despesas operacionais, cortando desperdícios, "aparando as arestas" e adotando procedimentos judiciais para a cobrança de créditos devidos à cooperativa. Com este conjunto de ações, já podemos assegurar aos associados que a cooperativa desfruta de uma situação econômico-financeira equilibrada. Estamos rigorosamente em dia com a CEEE e CELESC e com os compromissos atuais assumidos com fornecedores. A cooperativa não possui dívidas quanto a tributos e encargos sociais.

3.10 Valor adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela permissionária foi de R$ 24.016 mil, representando 48,20% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Remuneração do trabalho e encargos – 4.870

Governo(impostos, taxas e contrib.) - 10.524

Terceiros (juros, multas e outras despesas) – 830

Sobras do Exercício – 7.792

3.11 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados 35% das sobras são estatutariamente enviada para a assembleia geral, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício. As reservas estatutárias 50% são para o fundo de ampliação e melhoria que garante a permissionária que mantenha o serviço universalizado.

3.12 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da permissionária no valor de R$ 9.766.620,54 composto por quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Tabela 6 – Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Número de Associados	
Total de Associados em 12/2018	23,204
Admitidos em 2019	1.097
(-) Demitidos em 2019	28
TOTAL DE ASSOCIADOS EM 12/2019	**24.273**

3.13 Atendimento aos associados e consumidores

Para o atendimento ao nosso consumidor e cooperado temos três postos de atendimento, sendo um em São João do Sul, dois em Passo de Torres e o escritório da Sede da Coperarativa em Praia Grande juntamente com a COD – Central Operacional de Distribuição, que possibilita atender aos chamados e pedidos de prestação de serviços com a maior urgência, precisão e segurança possível. Esta Central despacha a execução dos serviços cadastrados pelo atendimento comercial, bem como as ocorrências registradas através de nosso serviço de 0800 643 4040, que dispõe de plantão 24 horas.

4 GESTÃO

4.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa e, tem por objetivo traçar linhas a serem seguidas. Com ele é possível prever mudanças e antecipar-se diante dos concorrentes e das ameaças internas, para assim aproveitar as oportunidades e obter o sucesso da organização.

4.2 Recursos Humanos

A área de Recurso Humano é responsável por melhorar o desempenho da empresa, através do recurso "pessoas" atendendo assim com eficácia os associado e colaboradores. Em 2019 a permissionária investiu R$ 49.311,18 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Deste modo, visando manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, e oferecer a eles a oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

A CEPRAG proporciona aos seus colaboradores plano de saúde (Unimed), vale alimentação e seguro de vida.

Uniforme gratuito a todos colaboradores: é disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores, sempre que necessário, sendo um diferencial na identificação dos colaboradores, além de facilitar a comunicação e lhes proporcionando conforto.

Vacina da gripe para os colaboradores e familiares: a permissionária disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) a todos os colaboradores gratuitamente e, aos seus familiares com cobrança na folha de salários. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa. A gripe é uma doença infecciosa e transmissível e a vacina ajuda a diminuir os casos no inverno, prevenindo complicações.

Incentiva a integração dos colaboradores através da associação dos funcionários da Ceprag, a qual possui uma sede social, campo de futebol sete, quadra de vôlei de areia, parquinho infantil.

Como parte da integração dos colaboradores e incentivo a relação interpessoal, realiza comemoração ao dia do trabalhador, dia do eletricista, páscoa e confraternização natalina com participação dos falimiares dos seus colaboradores e entraga de cestas. Oferece lembranças no dia da mulher, dia das mães e dia dos pais.

4.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A CEPRAG cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social, agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional e comprometimento com o meio ambiente.

A CEPRAG desenvolve um trabalho nas escolas parceiras, o projeto do SESCOOP que se chama COOPERJOVEM/SESCOOP/ OCB/OCESC, que tem como objetivo disseminar a cultura da cooperação, baseada nos princípios do cooperativismo, por meio de atividades educativas, juntamente com incentivo e concientização de economia de energia e preservação do meio ambiente. Realiza a 12 anos um projeto com as mulheres das comunidades que se chama Projeto Planeta Luz, com o objetivo de proporcionar aos grupos atitudes conscientes, para que sejam influencia positiva na comunidade e no sistema cooperativista, oferecendo palestras, informações, trabalhos de artesanato, ajudando na renda familiar e proporcionado a aproximação dos associados a Cooperativa.

Segue abaixo alguns reflexos dessa responsabilidade:

- Realização do projeto Ceprag na Comunidade com participação das escolas parceira do programa Cooperjovem com o objetivo de orientar os alunos das series 4º a 9º sobre a prevenção e consumo conciente de energia eletrica e criação de uma parodia para o mascote Cepraguito.
- Projeto de Teatro na Escola com a sete escolas parceiras, tendo seu resultado apresentado na festa do Colono em São João do Sul.
- Projeto Planeta Luz: Realização de Work Shop de artesanato na festa do colono em São João do Sul com as mulheres do projeto. Durante o ano de 2019 foram realizadas 30 oficinas de Artesanato com participação de 500 mulheres Cooperadas;
- Realização de 3 palestras motivacionais com o tema: "**A mulher e seu Legado"** nos três municipios da área de atuação, com participação de 381 mulheres , Epagri e assistência social municipal.
- Participação no VII Encontro Estadual do Programa Cooperjovem com a participação de 21 professores e realização de 10 Capacitações com 106 professores do projeto cooperjovem/sescoop, durante o ano de 2019;
- Concessão de apoio financeiro mensal às APAEs de Praia Grande, São João do Sul, Passo de Torres e Associação Antiálcool , no valor total deR$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais);
- Concessão de uma ajuda financeira à Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima de Praia Grande, durante o ano de 2019, no valor total de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais);
- Auxílio financeiro aos funcionários da CEPRAG, de 50% do valor da mensalidade de cursos técnicos ou universitário;
- Partiicipou do 16º Encontro de Mulheres Cooperativistas, com 26 representantes da Ceprag. O evento foi realizado em Florianópolis e contou com a presença aproximadamente de 800 pessoas;
- Realização, em parceria com a FIESC/SENAI/SESCOOP/FECOERUSC, de Treinamento em Fundamentos de Eletrotécnica, padrões e normas técnicas, construção e manutenção de redes, NR10, NR35 (trabalhos em altura), NR5 (curso para cipeiros) e NR6 (motosserra) para Funcionários;
- Realização de Semana interna de prevenção a acidetes – SIPAT com palestras de primeiros socorros, treinamentos de segurança, motivacional e rodeio dos eletricistas.
- A CEPRAG continua investindo nos projetos sociais, investiu no Programa Cooperjovem e teatro na escola R$ 29.330,60 o Projeto Planeta Luz R$ 93.658,12, Ceprag na comunidade R$ 7.553,50 totalizando R$: 130.541,94 com recursos próprios.

4.4 Responsabilidade Ambiental

A CEPRAG procura realizar obras em suas redes de distribuição buscando orientações na POLÍCIA FLORESTAL, IBAMA/ICMBIO e outros órgãos do governo para conservar e respeitar sempre o meio ambiente.

4.5 Permissionária em números

1.5.1 Atendimento

Tabela 7 – Gestão: Atendimento

	2019	2018	2017	2016	2015
Número de consumidores	17.892	16.840	16.237	14842	14.050
Número de empregados	86	85	82	82	80
Número de consumidores por empregado	208	198	198	181	176

1.5.2 Mercado

Tabela 8 – Gestão: Mercado

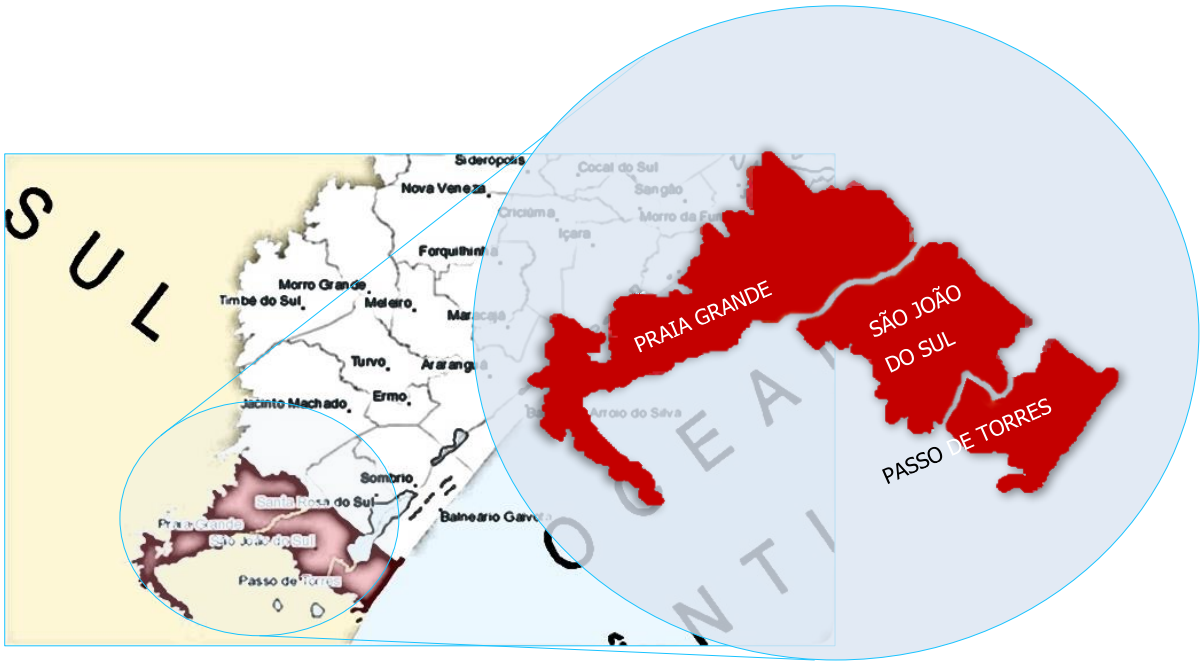
	2019	2018	2017	2016	2015
Área de permissão (Km^2)	569	569	569	569	569
Consumo residencial médio (MWH/ano)	21.225	19.514	18.352	16.903	15.577
Tarifas médias de fornecimento (R$ por MWH)	523,77	489,97	444,54	478,06	421,60
Residencial	615,65	558,71	494,81	531,01	463,09
Industrial	516,68	486,48	502,82	535,18	470,45
Comercial	555,46	528,62	482,01	519,69	455,23
Rural	434,14	395,46	353,12	381,98	348,30
Poder público	625,85	566,93	505,25	540,94	476,54
Serviço público	472,08	503,07	436,91	470,35	423,35
Iluminação pública	344,19	311,76	277,97	302,10	268,53
Consumo próprio	626,09	568,73	503,43	543,20	467,34
DEC (horas)	10,34	17,11	20,71	35,40	15,88
FEC (nº de interrupções)	6,52	11,86	16,24	19,03	12,40

1.5.3 Dados Financeiros

Tabela 9 – Gestão: Dados financeiros

	2019	2018	2017	2016	2015
Receita operacional bruta (R$ mil)	49.835	37.469	42.761	37.469	34.235
Receita operacional líquida (R$ mil)	33.054	21.494	30.692	21.494	19.333
Sobras líquidas (R$ mil)	7.793	3.924	6.808	3.924	3.957
Patrimônio líquido societário (R$ mil)	41.606	27.647	34.134	27.647	24.026
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

4.6 Área de permissão



5 DESEMPENHOS COMERCIAIS

5.1 Vistorias nas Unidades consumidoras

Realizamos 2.006 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição.

5.2 Iluminação Pública

A CEPRAG presta serviço de manutenção e instalação para os municípios, conforme pregão licitatório dos mesmos, o material e o pagamento das faturas é de responsabilidade dos municípios.

5.3 Plantão 24 horas

No ano de 2019, o Serviço de atendimento ao consumidor atendeu a 2.747 chamados em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

5.4 Aferições de medidores

Durante o ano de 2019 foram realizadas 6 aferições de medidores de energia, mas foram substituidos 576 medidores com mais de 20 anos de uso.

5.5 Balanço Energético - Janeiro/2019 = Dezembro/2019

No ano de 2019 a CEPRAG adquiriu das concessionárias supridoras, a CEEE-RS E CELESC DISTRIBUIÇÃO, um total de 55.430 MWh e distribuiu 49.464 MWh. As perdas somam o percentual de 11,10%.

5.6 Conclusão

Executamos todos os projetos necessários para um melhor desempenho do nosso sistema de distribuição de energia elétrica. Colocamos em funcionamento os principais projetos da Ceprag.

6 PLANEJAMENTO DE ATIVDADE 2020

O crescimento no consumo de energia elétrica vem aumentando a cada ano, e para atender essa demanda, buscamos alternativas no setor de distribuição de energia com novos equipamentos e investimentos nas redes de distribuição.

6.1 Na área administrativa

- Implantação programa despacho de ocorrências emergenciais pelo COD RT (Real Time);
- Recertificação da ISO 9001 com a norma ABNT 2015;
- Manter a troca de medidores eletromecânicos por medidores eletrônicos;
- Conclusão da contrução de garagens e implantação de novo layout no almoxarifado.
- Implantação de um sistema via whatsapp para atender cooperados.
- Implantação do programa da Useall ADM Web e compra de novo servidor.

6.2 Na área técnica

PROJETOS:

O ano de 2020 acontecerá a conclusão da ampliação da Subestação São João do Sul com a implementação de novo transformador de força que dará seguraça para o nosso sintema de distribuição de energia, estamos planejando os seguintes investimentos na rede de distribuição.

Expansão do sistema de telemedição para para os maiores consumidores em grupo B, possibilitando a CEPRAG obter em tempo real dados da medição, maior controle da rede de distribuição, redução de riscos dos técnicos em campo, maior segurança e confiabilidade nos dados de medição, armazenamento em servidores seguros evitando perdas de dados, acesso aos dados em qualquer local com acesso à internet, diversos tipos de alarmes para combate a perdas comerciais.

Treinamento dos funcionários da area técnica em operação de subestação com dois transformadores e em linha viva para o perfeito funcionamento da nossa cooperativa.

Planejamento 2020:

Obra	Tipo	Descrição das Obras	Total R$(mil)	Justificativa

1	Melhoria	Troca cabos, postes e transformadores.	1.344	Melhoria nas redes de média e baixa tensão.
2	Expansão	Expansão da subestação, redes de média, baixa tensão e medidores.	4.738	Atender a novos consumidores, crescimento da carga, construção alimentadores.
3	Renovação	Troca cabos, postes, transformadores e medidores.	1.042	Substituição materiais e equipamentos que cheguem ao fim da vida útil ou tenha sido avariados.
		TOTAL	**7.124**	

6.3 Na área social

a) Projeto Ceprag na comunidade, implementação da 2ª fase, com visita as escolas do Cepraguito e dar continuidade ao Projetos Cooperjovem, nas sete escolas parceiras.

b) Continuidade no programa de apoio financeiro às APAEs de Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres;

c) Manter no apoio financeiro mensal a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima e a Associação Antialcool – Viver Livre;

d) Continuação das parcerias com demais cooperativas, sindicatos, Epagri e assistência social municipal para formação de um calendário de atividades voltada as mulheres;

e) Continuidade de apoio financeiro mensal de 50% das mensalidades, aos funcionários que estiverem cursando faculdade ou curso técnico;

f) Manutenção e apoio à CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que continuará com as ações a atenções voltadas à prevenção de acidentes, como por exemplo a organização da SIPAT (semana interna de prevenção de acidentes no trabalho);

g) Manutenção e apoio à AFCEPRAG–Associação dos Funcionários da CEPRAG, na realização de suas atividades sociais, culturais e recreativas.

h) Realização de todo os Cursos e Treinamentos, relativos à prevenção de acidentes do trabalho e ao uso de equipamentos de proteção individual e coletivo, visando sempre a preservação da integridade física dos Funcionários.

i) Projeto Planeta Luz, com fomento a novos grupos em formação nos três municípios de nossa área de permissão para realização de oficinas.

j) Realizar Dia C, dia de cooperar, com o Tema: "Cooperando venceremos esta batalha" com público comunidade dos três municípios da nossa area de atuação.

A diretoria da CEPRAG, nesta oportunidade manifesta seus agradecimentos a todos os Cooperados/Consumidores pela confiança e apoio recebido durante o ano de 2019. Também a todos os conselheiros, pela dedicação e empenho, e aos nossos Funcionários pelo grande trabalho, responsável e consciente que realizaram.

A CEPRAG através de sua diretoria, irmanada nos princípios norteadores das atividades Cooperativistas, sempre procurou servir da melhor maneira possível os seus Cooperados/consumidores, oferecendo além dos serviços imediatos, energia elétrica com garantia de continuidade e de boa qualidade para que sejam alcançados os objetivos da sociedade.

Esperando que com estas informações tenhamos atingido nosso objetivo, que é o de esclarecer aos Associados com a maior transparência possível nossas atividades, permanecemos sempre ao inteiro dispor para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário.

Agradecemos a todos, contando com sua colaboração ao longo do ano de 2020.

Nosso muito obrigado!

Praia Grande, 30 de abril de 2020.

A Administração.

CEPRAG

"Um sonho ontem, uma realidade hoje."

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE, REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2020.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2020, às 15h30min, reuniram-se extraordinariamente, no Centro Administrativo da CEPRAG em Praia Grande, os Membros Efetivos do Conselho Fiscal Silvio Martins Colares, José Solon Batista e Sirlei Selau de Oliveira e o membros suplentes: Florêncio Cardoso Cravo, Toni Cleiber da Rosa Cardoso e Paulo Sergio Pereira Salla para, sob a Coordenação do primeiro, tratarem de assuntos relacionados à apreciação e análise do Balanço Geral e suas peças contábeis, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme prescreve o inciso "I" do Artigo 27, do Estatuto Social. Verificando que havia "quorum" legal, o Coordenador deu por aberto os trabalhos. Em seguida passou-se a uma ampla análise das peças contábeis que integram o Balanço Geral. Foram analisados o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Sobras do Exercício, a demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Após uma ampla verificação dos documentos mencionados e de acordo com o parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, por unanimidade, resolveu emitir o seu parecer, em recomendar à Assembléia Geral Ordinária, **a aprovação do Balanço Geral** com todos os seus Demonstrativos e anexos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme determina a letra "k" do Artigo 56 do Estatuto Social. Nada mais havendo a ser tratado, foi pelo Senhor Coordenador encerrada a reunião que para constar eu, Sirlei Selau de Oliveira, Secretária, lavrei a presente ata que após lida e achada de conformidade vai assinada por todos. Praia Grande, 21 de janeiro de 2020.

Esta é uma cópia fiel da ata transcrita no Livro de Registro de Atas de reuniões do Conselho Fiscal nº. 06, às folhas nºs. 29, 29v e 30.

Praia Grande, 21 de janeiro de 2020.

Sirlei Selau de Oliveira
Secretária do Conselho Fiscal

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE
Rua Dona Maria José, 318 - CEP: 88990-000 - PRAIA GRANDE - SC
Fone/Fax: (48) 3532-6400 - E-mail: ceprag@ceprag.com.br

DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	NOTA	31/dez/19	31/dez/18
CIRCULANTE		**10.908**	**9.383**
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.745	2.085
Consumidores	7	6.580	5.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(862)	(748)
Adiantamentos	8	254	215
Tributos a recuperar	9	102	425
Estoques	5-D / 11	1.321	56
Serviços em curso	10	38	79
Despesas pagas antecipadamente		80	90
Subvenção tarifária	12	710	546
Ativos financeiros setoriais	5-F / 12	-	-
Outros ativos circulantes	14	940	1.070
NÃO CIRCULANTE		**42.538**	**35.911**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**8.356**	**13.820**
Depósitos judiciais		397	87
Tributos a recuperar	9	998	555
Ativos financeiros setoriais	5-F / 13	632	396
Ativo indenizado (permissão)	5-G / 15	6.292	12.670
Outros ativos não circulantes		37	112
INVESTIMENTOS	5-F	**167**	**167**
INTANGÍVEL	5-I / 15	**34.015**	**21.924**
TOTAL DO ATIVO		**53.446**	**45.294**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	31/dez/19	31/dez/18
CIRCULANTE		**6.264**	**5.679**
Fornecedores	16	1.821	1.558
Obrigações sociais e trabalhistas	17	847	794
Impostos, taxas e contribuições	18	1.605	1.499
Adiantamentos		55	48
Encargos setoriais	19	909	518
Empréstimos e financiamentos	20	655	783
Passivos financeiros setoriais	5-E / 13	256	365
Outros débitos circulantes	21	116	114
NÃO CIRCULANTE		**5.576**	**5.481**
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	22	1.781	1.683
Empréstimos e financiamentos	20	2.761	2.761
Obrigações vinculadas a permissão	5-N / 23	1.034	1.037
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**41.606**	**34.134**
CAPITAL SOCIAL		**9.766**	**7.377**
Capital social realizado	25	9.766	7.377
RESERVAS DE CAPITAL		**4**	**4**
Reserva de capital		4	4
RESERVAS DE SOBRAS		**29.108**	**24.370**
Fundo de reserva legal		8.175	7.396
Fundo de assistência técnica educacional e social		393	331
Fundo de ampliação		20.540	16.643
SOBRAS ACUMULADAS		**2.728**	**2.383**
Sobras à disposição da AGO	24	2.728	2.383
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		**53.446**	**45.294**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/19 a 31/dez/19	01/jan/18 a 31/dez/18
INGRESSOS OPERACIONAIS	**49.835**	**42.761**
Fornecimento de energia elétrica	34.425	29.742
Receita de construção e infraestrutura	7.644	6.367
Arrendamentos e aluguéis	540	223
Prestação de serviços e outras receitas	7.226	6.429
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	**(9.064)**	**(8.155)**
Impostos e contribuições	(6.733)	(5.803)
Encargos do consumidor	(2.331)	(2.352)
INGRESSOS LÍQUIDOS	**40.771**	**34.606**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(31.655)**	**(27.520)**
Energia elétrica comprada para revenda	(12.492)	(9.834)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(6.182)	(5.901)
Material	(1.329)	(1.491)
Serviços de terceiros	(1.118)	(1.162)
Depreciação e amortização	(1.642)	(1.214)
Provisões	(292)	(697)
Seguros, tributos e aluguéis	(323)	(268)
Custo de construção e infraestrutura	(7.644)	(6.367)
Outras	(633)	(586)
SOBRA OPERACIONAL BRUTA	**9.116**	**7.086**
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	**(1.323)**	**(278)**
Dispêndios financeiros	(830)	(128)
Ingressos financeiros	439	337
Outros ingressos (dispêndios) operacionais líquidos	(932)	(487)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	**7.793**	**6.808**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PL

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE AMPLIAÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./17	**6.118**	**4**	**6.716**	**196**	**13.239**	**20.151**	**1.374**	**27.647**
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização (Devolução) de quotas	5					-		5
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO	1.254			120		120	(1.375)	(1)
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS				(325)		(325)		(325)
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO						-	6.808	6.808
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS			680	340	3.404	4.424	(4.424)	-
SALDOS 31/DEZ./18	**7.377**	**4**	**7.396**	**331**	**16.643**	**24.370**	**2.383**	**34.134**
1 - AUMENTO DE CAPITAL						-		-
- Integralização (Devolução) de quotas	6					-		6
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO	2.383			-		-	(2.383)	-
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS				(328)		(328)		(328)
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO						-	7.794	7.794
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS			779	390	3.897	5.066	(5.066)	-
SALDOS 31/DEZ./19	**9.766**	**4**	**8.175**	**393**	**20.540**	**29.108**	**2.728**	**41.606**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**2.389**	**-**	**779**	**62**	**3.897**	**4.738**	**345**	**7.472**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Página 1

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/19 a 31/dez/19	01/jan/18 a 31/dez/18
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**5.820**	**6.620**
Sobras líquidas do exercício	7.792	6.808
Redução (Aumento) de consumidores associados	(901)	(582)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	(120)	(16)
Redução (Aumento) de estoques	(1.265)	(51)
Redução (Aumento) de serviços em curso	41	48
Redução (Aumento) de adiantamentos	(39)	(36)
Redução (Aumento) de depósitos judiciais	(310)	-
Redução (Aumento) de outras contas a receber	205	(247)
Redução (Aumento) de despesas antecipadas	10	(39)
Redução (Aumento) de subsídios tarifários a receber	(164)	10
Redução (Aumento) de ativos financeiros setoriais	(236)	81
Aumento (Redução) de fornecedores	263	(107)
Aumento (Redução) de salários a pagar	53	64
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contribuições	106	88
Aumento (Redução) de adiantamentos	7	11
Aumento (Redução) de encargos setoriais	391	11
Aumento (Redução) de passivos setoriais	(109)	191
Aumento (Redução) de outros débitos	1	17
Aumento (Redução) de provisão contingentes	98	97
Aumento (Redução) de obrigações vinculadas a permissão	(3)	272
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(5.713)**	**(4.155)**
Redução (Aumento) de investimentos	-	8
(Aumento) do intangível	(12.091)	(4.163)
Redução do ativo financeiro (permissão)	6.378	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(447)**	**(1.029)**
Aumento do capital social por integralização	7	5
Redução da reserva de fates	(328)	(325)
Aumento (Redução) de empréstimos e financiamentos	(126)	(709)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(340)**	**1.436**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.085	649
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.745	2.085

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/19 a 31/dez/19	01/jan/18 a 31/dez/18
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	**49.835**	**42.762**
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(23.683)**	**(20.248)**
Energia elétrica	(12.767)	(10.085)
Custo de construção e infraestrutura	(7.644)	(6.367)
Serviços de terceiros	(521)	(434)
Manutenções de rede, veículos e materiais de uso	(731)	(1.234)
Água, energia, telefone, combustível e seguro	(949)	(770)
Viagens, estadas, alimentação e deslocamentos	(38)	(38)
Atendimento, treinamento ao associado	(72)	(68)
Propaganda e publicidade	(141)	(108)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(292)	(697)
Outros	(528)	(447)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**26.152**	**22.514**
(-) RETENÇÕES	**(1.642)**	**(1.214)**
Depreciação do período	(1.642)	(1.214)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**24.510**	**21.300**
(+) VALORES RECEBIDOS DE TERCEIROS	**(494)**	**(151)**
Receitas financeiras	439	337
Outras receitas e despesas	(933)	(488)
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**24.016**	**21.149**
(=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**(24.016)**	**(21.149)**
Remuneração do trabalho e encargos	(4.870)	(4.658)
Governo (impostos, taxas e contribuições)	(10.524)	(9.555)
Terceiros (juros, multas e outras despesas financeiras)	(830)	(128)
Sobras líquidas do exercício	(7.792)	(6.808)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 2. PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de distribuição aos seus consumidores.

NOTA 3. DA PERMISSÃO

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001379/2000-34 de regularização da CEPRAG, especificadas na resolução homologatória nº 207, de 27 de outubro de 2005 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.519, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão disponibilizado em http://www.aneel.gov.br.

A permissão terá prazo único de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contados a partir de 17 de março de 2010.

NOTA 4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como o CPC PMEs. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas

internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*Internacional Accouting Standard Board – IASB*".

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 246/2016 e 4.356/2017.

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com bases nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor do ativo indenizado, residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, depósitos judiciais e provisão para

riscos fiscais e outros passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 5. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societária, destacamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente

no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no

resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

C) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

D) ESTOQUE

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica n° 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

F) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas, de crédito e federações, estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial, somente nas demonstrações regulatórias em virtude de a Agência Reguladora não aprovar determinadas Normas Internacionais.

H) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

Com o advento da resolução 674/2015, a partir de 1° de janeiro de 2016, torna-se revogada resolução 367/2009, conforme rege a nova norma:

"RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 674, DE 11 DE AGOSTO DE 2015

Art. 1º Aprovar o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE anexo a esta Resolução, a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

Art. 2º O novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016 e deverá ser revisado no prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 3º Revogam-se a partir de 1º de janeiro de 2016 a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009 e a Resolução nº 474, de 7 de fevereiro de 2012"

I) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e a OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

J) ENCARGOS SETORIAIS (TAXAS)

a) *Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)*

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) *Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

A partir de maio de 2016, as cooperativas permissionárias não possuem mais a obrigação de investir estes valores em PEE e P&D, permanecendo apenas os saldos remanescentes de competências anteriores.

c) *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

d) *Bandeiras Tarifárias*

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, da seguinte forma:

• **Bandeira verde**: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

• **Bandeira amarela**: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$ 0,015 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

• **Bandeira vermelha** – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R$ 0,040 para cada quilowatt-hora kWh consumido;

• **Bandeira vermelha** – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R$ 0,060 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Os valores arrecadados dos consumidores são repassados ao Agente controlados/regulador para subsidiar o aumento dos custos de geração de energia elétrica do País.

K) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o permissionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a permissionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

L) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

M) PROVISÃO PARA FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

N) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

P) APURAÇÃO DAS SOBRAS

As sobras são apuradas pelo regime de competência.

Q) OPERAÇÕES COM TERCEIROS

As operações com não associados, quando ocorridas, estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8 (ITG 2004 a partir de 2018), conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL. O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundos) de Assistência Técnica e Educacional - RATES

NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa estão segregados da seguinte forma:

CAIXA E CONTAS CORRENTES

Conta / Instituição financeira	2019	2018
Tesouraria / Caixa	113	43
Banco do Brasil	3	1
Bradesco	1	-

Credisulca	10	5
Credija	170	641
Cresol	882	358
TOTAL	**1.179**	**1.048**

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração / Renda	2019	2018
Sicoob/ Credija	RDC	2032	1,00 CDI	9	625
Sicoob/ Credisulca	RDC	2020	0,95 CDI	557	412
TOTAL				**566**	**1.037**

NOTA 7. CONSUMIDORES

Composição de saldo de acordo com a sua classificação:

	2019	2018
Fornecimento	**6.169**	**5.281**
Residencial	2.056	1.631
Industrial	916	965
Comercial	892	778
Rural	909	663
Poder público	117	108
Iluminação pública	290	274
Serviço público	33	33
Renda não faturada	871	761
Taxa de religação	15	11
Outros (multas, 2ª via, aferições)	70	57
Parcelamento	**411**	**284**
PCLD – Consumidores	**(862)**	**(747)**
Totais	**5.718**	**4.817**

NOTA 8. ADIANTAMENTOS

Valores de adiantamentos a funcionários e fornecedores:

Adiantamentos	2019	2018
Adiantamentos de salários	160	156
Adiantamento de férias	58	31
Unimed	36	28
Totais	**254**	**215**

NOTA 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar referem-se principalmente a créditos de ICMS sobre o ativo imobilizado no valor de R$ 95 mil como direitos realizáveis no circulante e R$ 998 mil no não circulante.

NOTA 10. SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
Descrição da conta	**2019**	**2018**
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	-	-
Serviços prestados a associados	23	8
Serviço de manutenção de redes	15	71
Subsídio padrão rural		-
Total	**38**	**79**

Valores referentes a serviços ou projetos ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo intangível/indenizado ou despesas, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 11. ESTOQUES / ALMOXARIFADO

Houve aumento significativo no saldo de almoxarifado em razão de adiantamentos a fornecedores que são classificados como estoque e destinados para investimento e ampliação de linhas e redes.

NOTA 12. SUBVENÇÃO TARIFÁRIA

Refere-se principalmente a subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, conforme dispõe a Lei nº 10.438/2002, alterada pela Lei nº 13.360/2016. Conforme o Submódulo 8.5 do PRORET, a subvenção será alocada como componente financeiro, ressaltando-se que a cooperativa receberá igual valor por meio da Conta de Desenvolvimento Energético CDE. Assim, no caso da Ceprag, o valor da subvenção, até dezembro de 2020, resultando em componente financeiro de - R$ 5.173.747,39, correspondendo essa subvenção a cotas mensais de R$ 431.145,62.

Para a data de 31/12/2019 a Cooperativa tem o saldo a receber de R$ 431 mil referente a baixa densidade e R$ 279 mil referente a subsidio rural.

NOTA 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Para o período de 2019, estes ativos referem-se a:

Repasse de Pis/Cofins: O repasse de Pis/Cofins objetiva capturar a diferença entre o valor de cobertura de suprimento contemplado nas tarifas da Permissionária e o valor pago por esta à supridora nos últimos 12 meses, com a incidência do Pis/Cofins. O valor apurado com base

nas faturas encaminhadas pela permissionária, resultou em R$ 631.773,85.

Para o período de 2018, estes ativos referem-se a:

Repasse de Pis/Cofins: O repasse de Pis/Cofins objetiva capturar a diferença entre o valor de cobertura de suprimento contemplado nas tarifas da Permissionária e o valor pago por esta à supridora nos últimos 12 meses, com a incidência do Pis/Cofins. O valor apurado com base nas faturas encaminhadas pela permissionária, resultou em R$ 395.725,42.

Por outro lado, os **passivos** financeiros setoriais referem-se a:

Para o período de 2019:

Neutralidade dos encargos setoriais: Resulta da diferença entre a cobertura tarifária de encargos setoriais – CDE, PROINFA, TFSEE e P&D - e a receita auferida pela permissionária, decorrente da aplicação das tarifas de fornecimento vigentes ao mercado de referência. O valor da diferença total foi apurado em - R$ 156.935,20 mil.

Repasse para compensação por descontinuidade: Nesta revisão estão sendo repassadas as compensações recebidas das supridoras por descumprimento das metas de continuidade no suprimento. No caso da permissionária, os valores referentes às indenizações por descumprimento dessas metas por parte da supridora totalizam R$ 2.280,45, revertidos em sua totalidade para a modicidade tarifária.

Ressarcimento P&D: Valores de gastos a serem investidos em PEE e P&D ressarcidos a Permissionária em decorrência de investimentos a maior em períodos anteriores. Tais valores são repassados/subtraídos da tarifa aos consumidores nos próximos 12 meses no total de R$ 97.218,80.

Para o período de 2018:

Repasse para compensação por descontinuidade: Nesta revisão estão sendo repassadas as compensações recebidas das supridoras por descumprimento das metas de continuidade no suprimento. No caso da permissionária, os valores referentes às indenizações por descumprimento dessas metas por parte da supridora totalizam - R$ 49.753,17, revertidos em sua totalidade para a modicidade tarifária.

Neutralidade dos encargos setoriais: Resulta da diferença entre a cobertura tarifária de encargos setoriais – CDE, PROINFA, TFSEE e P&D - e a receita auferida pela permissionária, decorrente da aplicação das tarifas de fornecimento vigentes ao mercado de referência. O valor da diferença total foi apurado em - R$ 218.306,24 mil.

Ressarcimento P&D: Valores de gastos a serem investidos em PEE e P&D ressarcidos a Permissionária em decorrência de investimentos a maior em períodos anteriores. Tais valores são repassados/subtraídos

da tarifa aos consumidores nos próximos 12 meses no total de R$ 97.218,80.

NOTA 14. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Referem-se principalmente a cheques pré-datados a compensar, cheques devolvidos em cobrança, alienações e desativações em curso e suas respectivas provisões para perdas. Os valores estimados a se realizarem após 12 meses estão classificados no longo prazo.

NOTA 15. IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da Permissionária está composto da seguinte forma:

Descrição Contas	Bens	Depreciação	Total Imobilizado 2018
EDIFICAÇÕES	2.746	125	2.621
EDIFICACOES, OBRAS C. BENF.	1.048	396	652
INTANGIVEIS	96	76	20
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	33.186	5.673	27.513
MOVEIS E UTENSILIOS	234	122	112
TERRENOS	216	-	216
VEÍCULOS	1.354	529	825
OUTROS	88	88	-
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	2.634	-	2.634
Total Geral	**41.603**	**7.010**	**34.594**

Descrição Contas	Bens	Depreciação	Total Imobilizado 2019
EDIFICAÇÕES	2.746	- 217	2.529
EDIFICACOES, OBRAS C. BENF.	1.048	- 431	617
INTANGIVEIS	96	- 86	10
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37.847	- 6.607	31.241
MOVEIS E UTENSILIOS	237	- 136	101
TERRENO	216	-	216
OUTROS	88	- 88	-
VEICULOS	2.088	- 727	1.361
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	4.232	-	4.232
Total Geral	**48.599**	**- 8.292**	**40.307**

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

	R$ (Mil)
Ativo Indenizável (Permissão)	6.292
Intangível	34.015
Total	**40.307**

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	**Taxas Anuais de Depreciação (%)**
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de força	2,86%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Software	20,00%

Urbanizações e benfeitorias	3,33%

ATIVO INDENIZÁVEL (PERMISSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A permissão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de permissão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da permissionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da permissionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da permissão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão está alocado como Ativo Indenizável (Permissão).

NOTA 16. FORNECEDORES

Compreende os valores a pagar para fornecedores de materiais, serviços de manutenção e fornecedor de energia elétrica. Do montante de R$ 1.821 mil em aberto na data de 31/dez./2019, 82% (oitenta por cento) se referem a fornecedores de materiais e serviços, e 18% (vinte por cento) fornecedores de energia elétrica.

NOTA 17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Apresenta a seguinte composição:

Circulante	2019	2018
Remunerações a pagar	255	237
Convênios retidos/seguros, assoc.	8	9
IR retido empregados e diretores	57	47
Provisão de férias	527	496
Outros tributos	-	5
Totais	**847**	**794**

NOTA 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Apresenta a seguinte composição:

Circulante	2019	2018
ICMS a recolher	623	501
Imposto s/ serviços	6	7
PIS	8	7
INSS a recolher	161	132
FGTS	42	37
Provisão INSS s/ férias	162	152
Provisão FGTS s/ férias	42	39
Provisão PIS s/ férias	6	5
Parcelamento de PIS e COFINS	555	619
Totais	**1.605**	**1.499**

NOTA 19. ENCARGOS SETORIAIS

Apresenta a seguinte composição:

Circulante	2019	2018
Pesquisa e desenvolvimento	109	102
Eficiência energética		-
CDE	131	97
Bandeiras tarifárias	669	292
Proinfa	-	27
Totais	**909**	**518**

Conforme nota J-E as bandeiras tarifárias entraram em vigor a partir de 2015, aumentando assim as obrigações de repasses ao órgão regulador.

NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 14 de julho de 2016, a Cooperativa firmou junto ao BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), um empréstimo por meio de um "Contrato de Vinculação e Cessão de Receita, Penhor e Outras Avenças", no valor de R$ 4.567.230,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta reais), a ser utilizado para implantação de uma subestação elétrica própria para operar na tensão de 69KV, potência de 12.000/16.000 KVA

(ONAN/ONAF), tensão superior 69+9/13+1,25%kv-cdc, tensão inferior 13,8,8kv. Os juros firmados neste contrato são de 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano. As condições de pagamento são de 18 meses de carência iniciando em 15 de outubro de 2016 e 102 meses para amortização, iniciando em 15 de fevereiro de 2018 e o vencimento da última parcela em 15 de julho de 2016. Para realizar esta operação, a Cooperativa utilizou como garantia, os imóveis constantes nas matrículas a seguir, registrados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul – SC:

Matrícula	Valor R$
239	230.000,00
383	50.000,00
384	50.000,00
385	45.000,00
386	45.000,00
290	310.000,00
381	150.000,00
329	70.000,00
3014	1.100.000,00
18	570.000,00
382	80.000,00
380	500.000,00
105	340.000,00
5928	450.000,00
Total	**3.990.000,00**

Do montante total firmado em contrato, até o encerramento deste exercício, o BRDE liberou o montante de R$ 4 milhões. Nas demonstrações contábeis encerradas deste período, este valor foi devidamente reconhecido, atualizado e segregado em curto e longo prazo.

NOTA 21. OUTROS DÉBITOS CIRCULANTES

Apresenta a seguinte composição:

Circulante	2019	2018
Taxa fiscalização	8	7
Convênios CIP – Munícipios	73	78
Convênios a repassar (Apaes, Hospitais, Itesc...)	13	15
Compensação financeira ao consumidor	5	14
Consumidor Micro-Geração	17	-
Totais	**116**	**114**

NOTA 22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES

Foram provisionados no exercício valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas contingenciais:

	Descrição	2019	2018
1	Provisões Trabalhistas	1.200	1.088
2	Provisões Tributárias	396	396
3	Provisões Judiciais (Ações de Indenização e Cobrança)	185	199
Somatório		**1.781**	**1.683**

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis (3) e trabalhistas (1) movidas contra a cooperativa. Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas, classificados como "Prováveis" e/ou "Praticamente", chegam ao valor aproximado de R$ 1.385 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

Os processos classificados como "Possíveis" e/ou "Remotas" chegam ao montante de R$ 759 mil, dispensando sua classificação contábil.

Do quadro acima, referente Provisões Tributárias (2), destacamos:

A) O item 2 do quadro acima, refere-se ao auto de infração nº. 09.2.01.00-2006-00356-6, referente à PIS e COFINS, compreendendo o período de fiscalização Set./2001 a Jun./2006, sendo provisionados por seus valores atualizados com multas e juros, constantes no TERMO DE ENCERRAMENTO E VERIFICAÇÃO FISCAL de 05 de dezembro de 2006.

   Cabe ressaltar que a FECOERUSC – Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina, através de sua Assessoria Jurídica, está questionando a legitimidade dos débitos levantados, defendendo numa ação conjunta de várias cooperativas, haja vista não concordar com as bases de cálculo apresentadas pelo fisco.

   Neste entendimento a Cooperativa deixa de provisionar os referidos tributos, referentes ao período de Jul./2006 a Abr./2007, período pós- fiscalização, por julgar insuficiente a certeza sobre quais bases de cálculo serão apurados tais tributos.

   Em 2017 a Cooperativa parcelou parte do período notificado em relação aos valores de PIS e COFINS, onde houve a baixa parcial do montante da provisão fiscal e respectivamente a transferência para a conta de tributos a recolher/parcelamento tributário a pagar.

B) O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/7l, (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

   A Lei nº 5.764/7l define como isenta as operações com associados, portanto, o imposto de renda foi calculado somente sobre as

operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou, à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R$ 20.000,00 mensais, e, a Contribuição Social foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Para o período de 2019 e 2018 a cooperativa não obteve relação ou atividade com terceiros ou consumidores não associados.

NOTA 23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

NOTA 24. DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no valor de R$ 7.792 mil neste exercício, foram efetuadas as seguintes provisões, de acordo com o artigo 46º do estatuto social:

CONTAS	%	2019	2018
A) Fundo de Reserva Legal	10	779	680
B) Fundo de Assistência Téc. Educ. Social (FATES)	5	390	340
C) Fundo de Desenvolvimento e Melhoria	50	3.896	3.404
D) Sobras à disposição da AGO		**2.727**	**2.383**

NOTA 25. CAPITAL SOCIAL REALIZADO

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país, totalmente integralizado e correspondente à participação de 24.273 (vinte e quatro mil, duzentos e setenta e três) associados em 31/dez./2019.

NOTA 26. CAPITAL SOCIAL REALIZADO

Não houveram eventos subsequentes entre a data do balanço e data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis.

MüllerEyng auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 28 de janeiro de 2020.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	NOTA	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		**10.908**	**9.383**
Caixa e equivalentes de caixa		2.510	2.860
Aplicações no mercado aberto		0	0
Consumidores	07	5.650	4.764
Serviços em curso		38	79
Tributos compensáveis		8	8
Almoxarifado operacional		1.321	56
Ativos regulatórios		0	0
Despesas pagas antecipadamente		50	35
Outros ativos circulantes		1.331	1.581
NÃO CIRCULANTE		**46.776**	**40.998**
Ativos regulatórios		632	396
Tributos compensáveis		998	555
Outros ativos não circulantes		434	200
Participações societárias		167	167
Imobilizado	08	44.535	39.660
Intangivel	08	10	20
TOTAL DO ATIVO		**57.684**	**50.381**

Página 1

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		**6.264**	**5.680**
Fornecedores		1.821	1.558
Emprestimos		655	783
Obrigações sociais e trabalhistas		852	799
Tributos		1.599	1.494
Encargos setoriais		240	199
Passivos regulatórios		926	657
Outros passivos circulantes		171	190
NÃO CIRCULANTE		**5.576**	**5.480**
Emprestimos		2.761	2.761
Provisão para litigios		1.781	1.683
Obrigações vinculadas a permissão	09	1.034	1.036
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**45.844**	**39.221**
Capital social		9.766	7.377
Reservas de capital	10	4	4
Reserva de sobras	10	29.108	24.371
Avaliação regulatória	10	4.238	5.086
Reservas de lucro	10	0	0
Sobra a disposição da AGO	10	2.728	2.383
TOTAL DO PASSIVO		**57.684**	**50.381**

Página 1

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Períodos 01/jan/19 a 31/dez/19	01/jan/18 a 31/dez/18
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso	11	**41.552**	**36.051**
Fornecimento de Energia Elétrica		34.425	29.742
Serviços cobráveis		112	104
Ativos e passivos setoriais		345	(176)
Doações, contribuições e Subvenções		6.670	6.381
Tributos		**(6.733)**	**(5.803)**
Impostos e contribuições		(6.733)	(5.803)
Encargos do consumidor		0	-
Encargos - "Parcela A"		**(2.330)**	**(2.352)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		0	0
Programa de Eficiência Energética - PEE		0	0
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.578)	(1.160)
Taxa de Fiscalização de Serviços de EE - TFSEE		(86)	(75)
Outros Encargos		(666)	(1.117)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		**32.489**	**27.896**
Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"		**(12.492)**	**(9.834)**
Energia elétrica comprada para revenda		(12.492)	(9.834)
Outros		0	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		**19.997**	**18.062**
Custos Gerenciáveis - "Parcela B"		**(12.143)**	**(11.892)**
Pessoal e Administradores	12	(6.182)	(5.901)
Materiais		(1.328)	(1.491)
Serviço de Terceiros		(1.118)	(1.162)
Arrendamentos e Aluguéis		(4)	(7)
Seguros		(93)	(76)
Doações, Contribuições e Subvenções		(71)	(54)
Provisões		(292)	(697)
(-) Recuperação de Despesas		65	57
Tributos		(63)	(65)
Depreciação e Amortização		(1.928)	(1.528)
Gastos Diversos		(833)	(825)
Outras Receitas Operacionais		641	355
Outras Despesas Operacionais		(937)	(498)
Resultado da Atividade		**7.854**	**6.170**
Resultado Financeiro		**(346)**	**324**
Despesas Financeiras		439	337
Receitas Financeiras		(785)	(13)
Resultado Antes dos Impostos sobre o resul		**7.508**	**6.494**
Despesas com Impostos sobre os Lucros		0	-
Sobra Líquida do Exercício		**7.508**	**6.494**

Página 1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PL

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
				FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE AMPLIAÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./17	**6.118**	**4**	**6.053**	**6.716**	**196**	**13.239**	**20.151**	**1.373**	**33.699**
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização de quotas	5						-	-	**5**
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO	1.254				121		**121**	(1.375)	-
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS			(967)		(325)		**(325)**	315	**(977)**
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO							-	6.494	**6.494**
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS				680	340	3.404	**4.424**	(4.424)	-
SALDOS 31/DEZ./18	**7.377**	**4**	**5.086**	**7.396**	**332**	**16.643**	**24.371**	**2.383**	**39.221**
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização de quotas	6						-	-	**6**
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO	2.383						-	(2.383)	-
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS			(848)		(328)		**(328)**	286	**(890)**
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO							-	7.507	**7.507**
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS				779	390	3.896	**5.065**	(5.065)	-
SALDOS 31/DEZ./19	**9.766**	**4**	**4.238**	**8.175**	**394**	**20.539**	**29.108**	**2.728**	**45.844**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**2.389**	**-**	**(848)**	**779**	**62**	**3.896**	**4.737**	**345**	**6.623**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Página 1

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Períodos	
	01/jan/19 a 31/dez/19	01/jan/18 a 31/dez/18
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**5.529**	**6.328**
Sobras liquidas do exercicio	7.508	6.494
Redução (Aumento) de consumidores	(886)	(570)
Redução (Aumento) de serviços em curso	41	48
Redução (Aumento) de tributos compensaveis	(443)	20
Redução (Aumento) de almoxarifado operacional	(1.265)	(51)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(236)	81
Redução (Aumento) de despesas pagas antecipadamente	(15)	(12)
Redução (Aumento) de outros ativos	16	(54)
Aumento (Redução) de fornecedores	263	(107)
Aumento (Redução) de obrigações sociais e trabalhistas	53	64
Aumento (Redução) de tributos	105	88
Aumento (Redução) de dividendos declarados		
Aumento (Redução) de encargos setoriais	41	11
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	269	191
Aumento (Redução) de outros passivos circulantes	(20)	28
Aumento (Redução) de provisão para litigios	98	97
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(4.867)**	**(2.916)**
Redução (Aumento) de investimentos	-	8
Aumento do intangivel	10	12
Obrigação vinculadas a permissão	(2)	272
Aumento do amobilizado	(4.875)	(3.208)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(1.012)**	**(1.681)**
Aumento do capital social	6	1.259
Redução das sobras a disposição da AGO	-	(1.254)
Redução da reserva de fates	(328)	(325)
Realização da reavaliação regulatória	(562)	(652)
Aumento (Redução) de empréstimos e financiamentos	(128)	(709)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(350)**	**1.731**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio	2.860	1.129
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio	2.510	2.860

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Página 1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 02 - PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

NOTA 03 - DAS PERMISSÕES

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001379/2000-34 de regularização da CEPRAG, especificadas na resolução homologatória nº 207, de 27 de outubro de 2005 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.519, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão disponibilizado em http://www.aneel.gov.br.

A permissão terá prazo único de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contados a partir de 17 de março de 2010.

NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme

apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 06 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização

correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe

consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			
DESCRIÇÃO - R$ Mil	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 - 180 dias	De 181 - 360 dias	Mais de 360 dias	Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	TOTAL 2019	TOTAL 2018
Fornecimento de Energia	**4.048**	**-**	**1.223**	**104**	**97**	**639**	**(891)**	**189**	**48**	**44**	**149**	**5.650**	**4.764**
- Residencial	1.395	-	475	27	35	124	(198)	35	11	11	13	**1.928**	**1.947**
- Industrial	327		178	12	20	379	(499)	134	33	28	127	**739**	**738**
- Comercial	631		163	9	19	70	(100)	14	1	3	5	**815**	**743**
- Rural	630		205	4	9	61	(67)	6	3	2	4	**857**	**619**
- Poderes Públicos	49		45	22	2	1	(15)					**104**	**98**
- Iluminação Pública	99		152	30	12	1	(7)					**287**	**278**
- Serviço Público	33		-	-		-	(5)					**28**	**30**
- Serviço Taxado	7		5	-		3						**15**	**9**
- Outros créditos consumidores	5											**5**	**6**
- Fornecimento Não Faturado	872											**872**	**296**
- PCLD - Outros créditos												**-**	**-**
- (-) Arrecadação Processo Classif.												**-**	**-**
Suprimento Energia - Moeda Nacional												**-**	**-**
Encargos de Uso da Rede Elétrica												**-**	**-**
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado												**-**	**-**
TOTAL	**4.048**	**-**	**1.223**	**104**	**97**	**639**	**(891)**	**189**	**48**	**44**	**149**	**5.650**	**4.764**

NOTA 08 – IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Tab 20

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	**45.187**	**6.437**	**(2.101)**	**-**	**-**	**49.523**	**4.336**	**(9.794)**	**39.729**	**36.499**
Terrenos	-					-	-		-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.621	-				2.621	-	(169)	2.452	2.541
Máquinas e Equipamentos	41.420	5.805	(2.101)	-	-	45.124	3.704	(9.079)	36.045	33.176
Veículos	1.100	630	-	-	-	1.730	630	(530)	1.200	749
Móveis e Utensílios	46	2				48	2	(16)	32	33
Administração	**947**	**100**	**-**	**-**	**-**	**1.047**	**100**	**(472)**	**575**	**527**
Terrenos	52					52	-		52	52
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	465					465	-	(191)	274	290
Máquinas e Equipamentos	182	3				185	3	(139)	46	53
Veículos	142	95				237	95	(84)	153	77
Móveis e Utensílios	106	2				108	2	(58)	50	55
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Terrenos	-					-	-		-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-					-	-		-	-
Máquinas e Equipamentos	-					-	-		-	-
Veículos	-					-	-		-	-
Móveis e Utensílios	-					-	-		-	-
Subtotal	**46.134**	**6.537**	**(2.101)**	**-**	**-**	**50.570**	**4.436**	**(10.266)**	**40.304**	**37.026**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	**2.622**	**16.186**	**(14.590)**	**-**	**-**	**4.218**	**1.596**		**4.218**	**2.621**
Máquinas e Equipamentos	1.307	6.546	(6.152)		-	1.701	394		1.701	1.306
Outros	1.315	9.640	(8.438)			2.517	1.202		2.517	1.316
Administração	**12**	**206**	**(205)**	**-**	**-**	**13**	**1**		**13**	**13**
Máquinas e Equipamentos	12	5	(4)			13	1		13	13
Outros	-	201	(201)			-	-		-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**
Máquinas e Equipamentos	-	-				-	-		-	-
Outros	-	-	-			-	-		-	-
Subtotal	**2.634**	**16.392**	**(14.795)**	**-**	**-**	**4.231**	**1.597**		**4.231**	**2.634**
Total do Ativo Imobilizado	**48.768**	**22.929**	**(16.896)**	**-**	**-**	**54.801**	**6.033**	**(10.266)**	**44.535**	**39.660**

Tab 21

Intangível - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	**39**	**-**	**-**	**-**	**-**	**39**	**-**	**(39)**	**-**	**-**
Servidões	-					-	-		-	-
Softwares	39					39	-	(39)	-	-
Outros	-					-	-		-	-
Administração	**76**	**-**	**-**	**-**	**-**	**76**	**-**	**(66)**	**10**	**20**
Softwares	76	-				76	-	(66)	10	20
Outros	-					-	-		-	-
Comercialização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Softwares	-					-	-		-	-
Outros	-					-	-		-	-
Total Intagível	**115**	**-**	**-**	**-**	**-**	**115**	**-**	**(105)**	**10**	**20**

Tab 22

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	**41.420**	**5.804**	**(2.100)**	**-**	**-**	**45.124**	**3.704**
Transformador de Distribuição	4.126	696	(712)			4.110	(16)
Medidor	2.577	221	(244)			2.554	(23)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	10.318	2.254	(484)			12.088	1.770
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	17.569	2.451	(643)			19.377	1.808
Redes Alta Tensão (69 kV)	5.786	-	-			5.786	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	17	60	(17)			60	43
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-					-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-					-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-					-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-					-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-					-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.027	122	-			1.149	122
Obrigações Especiais do AIS Bruto	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-				-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-					-	-
Excedente de reativos	-					-	-
Diferença das perdas regulatórias	-					-	-
Outros	-					-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Tab 23

Ativo Imobilizado - R$ Mil	2018 Valor Bruto	2018 Depreciação e Amortização Acumulada	2018 Valor líquido	2017 Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	**49.523**	**(9.793)**	**39.730**	**36.480**
Custo Histórico	42.203	(7.151)	35.052	30.927
Correção Monetária Especial	-		-	-
Reavaliação	7.320	(2.642)	4.678	5.553
Administração	**1.048**	**(474)**	**574**	**546**
Custo Histórico	1.981	(967)	1.014	1.013
Correção Monetária Especial	-	-	-	-
Reavaliação	(933)	493	(440)	(467)
Comercialização	-	-	-	-
Custo Histórico	-	-	-	-
Correção Monetária Especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo Histórico			-	-
Correção Monetária Especial			-	-
Reavaliação			-	-
	50.571	**(10.267)**	**40.304**	**37.026**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Orgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R$ mil
CAMINHÃO VOLKSWAGEN 17.230 BRANCO	433
ALIMENTADOR 2 - DA SE ATÉ A PONTE DE SJS	390
TROCA DE POSTE PODRE E MELHORIA DE REDE	269
EXPANSÃO ALIMENTADOR 2 - VSC	269
CABINE DUPLA E GUINDASTE VW/13.190 CRM VEÍC.	197
RENOVAÇÃO MIX MÉDIA/BAIXA TENSÃO	178
MELHORIA MIX MÉDIA/BAIXA TENSAO	137
TROCA DE TRANSFORMADOR	121
MELHORIA MIX MÉDIA/BAIXA TENSAO	119
DESLOCAR REDE DE AT/BT PARA MARGENS ESTR.	96
Total	**2.210**

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R$ mil
Sistema de medição - MEDIDORES - AJUSTE PATRIMO	125
TROCA DE POSTE PODRE E MELHORIA DE REDE	48
MELHORIA EXCLUSIVAMENTE BAIXA TENSAO	26
RENOVAÇÃO MIX MÉDIA/BAIXA TENSÃO	24
ALIMENTADOR 2 - DA SE ATÉ A PONTE DE SJS	24
TROCA DE POSTE AT PRAIA ROSA DO MAR	20
TROCA DE POSTE PODRE	18
TROCA DE POSTE PODRE NO IT 48663	17
RENOVAÇÃO MIX MÉDIA/BAIXA TENSÃO	16
TROCA DE POSTE PODRE NO IT 03- 48549	14
Total	**331**

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Tab 32

Obrigações Especiais - R$ Mil	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	1.202	-	-	1.202
Participação da União, Estados e Municípios				-
Participação Financeira do Consumidor	1.122			1.122
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido				-
Programa de Eficiência Energética - PEE				-
Pesquisa e Desenvolvimento				-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica				-
Outros	80	-	-	80
Ultrapassagem de demanda	-			-
Excedente de reativos				-
Diferença das perdas regulatórias				-
Outros	80			80
(-) Amortização Acumulada - AIS	(168)	-	-	(168)
Participação da União, Estados e Municípios				-
Participação Financeira do Consumidor	(168)			(168)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido				-
Programa de Eficiência Energética - PEE				-
Pesquisa e Desenvolvimento				-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica				-
Outros	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda				-
Excedente de reativos				-
Diferença das perdas regulatórias				-
Outros				-
Total	1.034	-	-	1.034

Tab 33

Obrigações Especiais - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em serviço	**1.081**	**29**	**-**	**12**	**1.122**	**41**	**(168)**	**954**	**956**
Participação da União, Estados e Municípios	-				-	-		-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.081	29		12	1.122	41	(168)	954	956
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-				-	-		-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-				-	-		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-				-	-		-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-				-	-		-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-				-	-		-	-
Valores Não Aplicados	-			-	-	-	-	-	-
Outros	-				-	-		-	-
Ultrapassagem de demanda	-				-	-		-	-
Excedente de reativos	-				-	-		-	-
Diferença das perdas regulatórias	-				-	-		-	-
Outros	-				-	-		-	-
Em curso	**80**	**29**	**(29)**	**-**	**80**	**-**	**-**	**80**	**80**
Participação da União, Estados e Municípios	-				-	-		-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	29	(29)		-	-		-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-				-	-		-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-				-	-		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-				-	-		-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-				-	-		-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-				-	-		-	-
Valores Não Aplicados	-				-	-	-	-	-
Outros	**80**	**-**	**-**	**-**	**80**	**-**		**80**	**80**
Ultrapassagem de demanda	-				-	-		-	-
Excedente de reativos	-				-	-		-	-
Diferença das perdas regulatórias	-				-	-		-	-
Outros	80	-	-		80	-		80	80
Total	**1.161**	**58**	**(29)**	**12**	**1.202**	**41**	**(168)**	**1.034**	**1.036**

NOTA 10 – PATRIMONIO LIQUIDO

Capital Social: O valor do capital do social de R$ 9.766 mil, pertence inteiramente a associados domiciliados no país, totalmente integralizado e correspondente à participação de 24.273 (vinte e quatro mil, duzentos e setenta e três) associados em 31/dez./2019.

Reservas de Lucros:

	Legislação Regulatória	
Reserva de Lucros	**2019**	**2018**
Reserva legal	8.175	7.396
Reserva de capital	4	4
Fundo de exp. Manut. sistema distribuição	20.539	16.643
Fundo de expansão da sede social		
Sobras à disposição da AGO	2.728	2.383
Fundo de assist. técn. educacional – FATES	394	332
Ajustes de avaliação patrimonial	4.238	5.086
Total	**36.078**	**31.844**

NOTA 11 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - Faturado	**17.879**	**16.811**	**49.934**	**46.138**	**34.363**	**29.534**
Residencial	12.472	11.818	21.296	19.514	15.865	13.248
Industrial	734	574	5.814	5.392	4.078	3.604
Comercial	1.244	1.156	9.909	9.329	7.428	6.646
Rural	3.199	3.027	8.787	8.026	4.663	3.948
Poder público	126	128	771	773	632	572
Iluminação pública	82	91	2.808	2.566	1.342	1.146
Serviço público	22	17	549	538	355	370
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					345	(176)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Outras Receitas - Arrendamentos e alugueis						-
Fornecimento não faturado						151
Consumo Próprio	9	11	76	75	65	57
Serviços cobráveis					112	104
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					6.667	6.381
Total	**17.888**	**16.822**	**50.010**	**46.213**	**41.552**	**36.051**

NOTA 12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Tab 35

Pessoal e Administradores	**2019**	**2018**
Pessoal	**5.688**	**5.236**
Remuneração	3.644	3.128
Encargos	1.231	1.580
Previdência privada		-
Previdência - Fundação - Mantenedora		-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial		-
Assistência médica	102	105
Programa de demissão voluntária		-
Despesas rescisórias	26	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		-
(-) Créditos de tributos recuperáveis		-
Outros	685	423
Administradores	**494**	**665**
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	494	665
Benefícios dos administradores		
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Total	**6.182**	**5.901**

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCICIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2019, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

Tab 36

R$ Mil em 2019	Geração	Transmissão	Comercia-lização	Total
Receita / Ingresso	**-**	**-**	**41.552**	**41.552**
Fornecimento de energia elétrica			34.425	34.425
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição			0	0
Ativos e Passivos Regulatórios			345	345
Serviços cobráveis			112	112
Doações, contribuições e subv. vinculadas serviço concedido			6.670	6.670
Outras receitas				0
Tributos	**-**	**-**	**(6.733)**	**(6.733)**
ICMS			(6.733)	(6.733)
PIS-PASEP			0	0
Cofins			0	0
Encargos - Parcela "A"	**-**	**-**	**(2.331)**	**(2.331)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D			0	0
Programa de Eficiência Energética - PEE			0	0
Reserva Global de Reversão - RGR			0	0
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE			(1.578)	(1.578)
Compensação Finan pela Utilização de Rec. Hídricos - CFURH			0	0
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE			(86)	(86)
Outros encargos			(666)	(666)
Receita líquida / Ingresso líquido	**-**	**-**	**32.488**	**32.488**
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	**-**	**-**	**(12.492)**	**(12.492)**
Energia elétrica comprada para revenda			(12.492)	(12.492)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição			0	0
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica			0	0
Resultado antes dos custos gerenciáveis	**-**	**-**	**19.997**	**19.997**
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	**-**	**-**	**(12.142)**	**(12.142)**
Pessoal e administradores			(6.182)	(6.182)
Material			(1.328)	(1.328)
Serviços de terceiros			(1.118)	(1.118)
Arrendamento e aluguéis			(4)	(4)
Seguros			(93)	(93)
Doações, contribuições e subvenções			(71)	(71)
Provisões			(292)	(292)
Perdas na alienação de bens e direitos			0	0
(-) Recuperação de despesas			65	65
Tributos			(63)	(63)
Depreciação e amortização			(1.928)	(1.928)
Gastos diversos			(834)	(834)
Outras Receitas Operacionais			641	641
Outras Despesas Operacionais			(934)	(934)
Resultado da Atividade	**-**	**-**	**7.854**	**7.854**

NOTA 14 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Ceprag, sediada na cidade de Praia Grande - SC, atende atualmente cerca de 17 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 29 milhões de reais.

Em 17 de março de 2010, foi firmado o Contrato de Permissão n° 19/2010 entre a União e a Ceprag por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1.A Ceprag optou por celebrar termo aditivo contratual.

A Resolução Homologatória nº 2.651 de 17 de dezembro de 2019, homologou as tarifas vigentes da Ceprag.

Na 40º Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 foi aprovado o Submódulo 8.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, referente à regulamentação do cálculo da subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural.l, conforme Lei nº 13.360/2016.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

A Resolução Normativa 704/2016 aprovou a nova metodologia de Reajuste e Revisão de permissionárias de distribuição de energia elétrica. Esta nova metodologia prevê que os custos de Parcela B serão atualizados anualmente com informações apresentadas pela permissionária, limitados ao montante constante no PRORET 8.4. Já as despesas formadoras da Parcela A são atualizadas para a data da revisão em processamento de acordo com a legislação específica e podem sofrer variações distintas da inflação medida no período analisado.

No processo tarifário também são calculados componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes a revisão tarifária em processamento.

As revisões tarifárias diferem dos reajustes na Estrutura Tarifária, quando são definidos os valores da tarifa de referência, nos reajustes esses valores são somente atualizados. Nos financeiros, podem ser considerados os valores de implantação do Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE

Cálculo do Reajuste Tarifário de 2019

O processo tarifário da permissionária conduziu ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores, conforme tabela 1 a seguir:

Tabela 2. Efeito Médio Para o Consumidor Cativo

Permissionária	Alta Tensão	Baixa Tensão	Efeito Médio
Ceprag	9,71%	10,05%	10,00%

O efeito médio decorre: i. da atualização dos itens de custos das Parcelas A e B, calculado conforme contrato de permissão, ii. da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual cálculo tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e iii. da retirada dos

componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, que vigoraram até a data deste em processamento.

Os itens de custo que conduziram ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores da Ceprag estão demonstrados na a seguir:

Processo tarifário	DRP (R$)	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	3.056.825,84	2,64%	8,61%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	92.835,73	0,01%	0,26%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.523.373,58	2,46%	7,11%
PROINFA	440.616,53	0,17%	1,24%
ENERGIA COMPRADA	9.133.571,77	5,62%	25,73%
Energia	9.133.571,77	5,62%	25,73%
TRANSPORTE DE ENERGIA	2.729.441,11	-5,09%	7,69%
Uso do sistema de distribuição	2.729.441,11	-5,09%	7,69%
Total de Parcela A	14.919.838,72	3,16%	42,02%
Total de Parcela B	20.583.829,42	2,71%	57,98%
Variação econômica		**5,88%**	
COMPONENTES FINANCEIROS		Participação	
Repasse de PIS COFINS	631.773,85	1,88%	
Neutralidade Encargos Setoriais	(156.935,20)	-0,47%	
Compensação DIC FIC	(2.280,45)	-0,01%	
Subvenção CDE	(5.173.747,39)	-15,43%	
Total Financeiros	**- 4.701.189,19**	**-14,02%**	
Variação econômica e financeira		**-8,14%**	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior		**17,03%**	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE		**1,11%**	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores		**10,00%**	

Os custos da Parcela A representam 42,02% da receita econômica da Permissionária. O aumento dos custos relativos a essa parcela representa 3,16% da variação econômico financeira da Ceprag, cuja variação total foi de 5,88%.

Em relação aos subsídios quanto à subvenção da CDE para descontos tarifários, valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Ceprag, em relativos às competências entre dezembro de 2019 a novembro de 2020 , é de R$ 285.323,48. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os

valores previstos e os realizados entre dezembro de 2018 a novembro de 2019. A Tabela a seguir mostra o cálculo.

Tipo de Subsidio		Diferença cobertura e apurado	Previsão 2019/2020	Previsão 2019/2020 + Diferença
Subsidio Água, Esgoto e Saneamento	-	477,22	3.311,03	2.833,81
Subsidio Rural	-	45.937,16	197.809,38	151.872,21
Subsidio - Irrigante/Aquicultor		127.894,90	2.722,56	130.617,46
TOTAL		**81.480,51**	**203.842,97**	**285.323,48**

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

R$ Mil	Nota	2019			2018		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVOS							
CIRCULANTE		**10.908,24**	**-**	**10.908,24**	**9.382,32**	**-**	**9.382,32**
Caixa e equivalentes de caixa		2.509,54	-	2.509,54	2.859,85	-	2.859,85
Aplicações no mercado aberto		-	-	-	-	-	-
Consumidores		5.649,95	-	5.649,95	4.764,27	-	4.764,27
Serviços em curso		38,34	-	38,34	79,46	-	79,46
Tributos compensáveis		8,08	-	8,08	7,76	-	7,76
Almoxarifado operacional		1.321,03	-	1.321,03	55,92	-	55,92
Ativos regulatórios		-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		49,70	-	49,70	35,20	-	35,20
Outros ativos circulantes		1.331,60	-	1.331,60	1.579,86	-	1.579,86
NÃO CIRCULANTE		**42.537,89**	**4.238,24**	**46.776,13**	**35.912,01**	**5.085,98**	**40.997,99**
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		998,14	-	998,14	554,64	-	554,64
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Ativos regulatórios		631,77	-	631,77	395,73	-	395,73
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Ativo indenizável permissão	**01**	6.292,10	(6.292,10)	-	12.670,22	(12.670,22)	-
Outros ativos não circulantes		434,14	-	434,14	200,31	-	200,31
Participações societárias		167,17	-	167,17	167,17	-	167,17
Imobilizado	**02**	-	44.534,89	44.534,89	-	39.659,98	39.659,98
Intangível	**03**	34.014,57	(34.004,55)	10,02	21.923,94	(21.903,78)	20,16
ATIVO TOTAL		**53.446,13**	**4.238,24**	**57.684,37**	**45.294,33**	**5.085,98**	**50.380,31**

R$ Mil	Nota	2019 Societário	2019 Ajustes CPCs	2019 Regulatório	2018 Societário	2018 Ajustes CPCs	2018 Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE		**6.263,75**	**-**	**6.263,75**	**5.679,77**	**-**	**5.679,77**
Fornecedores		1.820,79	-	1.820,79	1.558,13	-	1.558,13
Empréstimos, financiamentos e debêntures		655,04	-	655,04	782,61	-	782,61
Obrigações sociais e trabalhistas		852,34	-	852,34	799,19	-	799,19
Tributos		1.599,14	-	1.599,14	1.493,65	-	1.493,65
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		239,93	-	239,93	198,98	-	198,98
Passivos regulatórios		925,75	-	925,75	656,99	-	656,99
Outros passivos circulantes		170,76	-	170,76	190,22	-	190,22
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.576,40**	**-**	**5.576,40**	**5.480,63**	**-**	**5.480,63**
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2.761,23	-	2.761,23	2.761,23	-	2.761,23
Provisão para litigios		1.780,76	-	1.780,76	1.682,99	-	1.682,99
Passivos regulatórios		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas a permissão		1.034,41	-	1.034,41	1.036,41	-	1.036,41
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**41.605,98**	**4.238,24**	**45.844,22**	**34.133,93**	**5.085,98**	**39.219,91**
Capital social		9.766,35	-	9.766,35	7.376,68	-	7.376,68
Reservas de capital		3,51	-	3,51	3,51	-	3,51
Reserva de sobras		-	-	-	-	-	-
Avaliação regulatória compulsória	**02**	-	4.238,24	4.238,24	-	5.085,98	5.085,98
Reservas de lucro		29.108,45	-	29.108,45	24.370,97	-	24.370,97
Sobra a disposição da AGO		2.727,67	-	2.727,67	2.382,77	-	2.382,77
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		**53.446,13**	**4.238,24**	**57.684,37**	**45.294,33**	**5.085,98**	**50.380,31**

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

		2019			2018		
R$ Mil	**Nota**	**Societário**	**Ajustes CPCs**	**Regulatório**	**Societário**	**Ajustes CPCs**	**Regulatório**
Operacões em Continuidade							
Receita / Ingresso		**41.551,84**	**-**	**41.551,84**	**36.051,16**	**-**	**36.051,16**
Fornecimento de Energia Elétrica		34.425,08	-	34.425,08	29.741,78	-	29.741,78
Disponibilização do sistema de transmissão e dist.		-	-	-	-	-	-
Ativos e passivos setoriais		344,89	-	344,89	(175,60)	-	(175,60)
Serviços cobráveis		112,03	-	112,03	103,71	-	103,71
Doações, contribuições e Subvenções		6.669,84	-	6.669,84	6.381,27	-	6.381,27
Outras receitas		-	-	-	-	-	-
Tributos		**(6.732,82)**	**-**	**(6.732,82)**	**(5.802,62)**	**-**	**(5.802,62)**
ICMS		(6.732,74)	-	(6.732,74)	(5.802,62)	-	(5.802,62)
ISS		(0,08)	-	(0,08)	-	-	-
Encargos - "Parcela A"		**(2.330,81)**	**-**	**(2.330,81)**	**(2.352,21)**	**-**	**(2.352,21)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.578,37)	-	(1.578,37)	(1.160,09)	-	(1.160,09)
Taxa de Fiscalização de Serviços de EE - TFSEE		(86,06)	-	(86,06)	(74,94)	-	(74,94)
Outros Encargos		(666,38)	-	(666,38)	(1.117,18)	-	(1.117,18)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		**32.488,21**	**-**	**32.488,21**	**27.896,33**	**-**	**27.896,33**
Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"		**(12.491,56)**	**-**	**(12.491,56)**	**(9.834,32)**	**-**	**(9.834,32)**
Energia elétrica comprada para revenda		(12.491,56)	-	(12.491,56)	(9.834,32)	-	(9.834,32)
Outros		-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		**19.996,65**	**-**	**19.996,65**	**18.062,01**	**-**	**18.062,01**
Custos Gerenciáveis - "Parcela B"		**(11.856,61)**	**(285,60)**	**(12.142,21)**	**(11.578,97)**	**(313,80)**	**(11.892,77)**
Pessoal e Administradores		(6.181,81)	-	(6.181,81)	(5.901,30)	-	(5.901,30)
Materiais		(1.328,20)	-	(1.328,20)	(1.490,85)	-	(1.490,85)
Serviço de Terceiros		(1.118,43)	-	(1.118,43)	(1.162,03)	-	(1.162,03)
Arrendamentos e Aluguéis		(4,38)	-	(4,38)	(6,67)	-	(6,67)
Seguros		(93,38)	-	(93,38)	(76,40)	-	(76,40)
Doações, Contribuições e Subvenções		(71,20)	-	(71,20)	(53,81)	-	(53,81)
Provisões		(292,24)	-	(292,24)	(696,83)	-	(696,83)
(-) Recuperação de Despesas		65,02	-	65,02	56,80	-	56,80
Tributos		(63,29)	-	(63,29)	(64,85)	-	(64,85)
Depreciação e Amortização	**04**	(1.641,99)	(285,59)	(1.927,58)	(1.214,02)	(313,80)	(1.527,82)
Gastos Diversos	**05**	(8.477,64)	7.644,14	(833,50)	(7.192,31)	6.367,38	(824,93)
Outras Receitas Operacionais	**05**	8.284,83	(7.644,15)	640,68	6.722,39	(6.367,38)	355,01
Outras Despesas Operacionais		(933,90)	-	(933,90)	(499,09)	-	(499,09)
Resultado da Atividade		**8.140,04**	**(285,60)**	**7.854,44**	**6.483,04**	**(313,80)**	**6.169,24**
Resultado Financeiro		**(346,69)**	**-**	**(346,69)**	**324,89**	**-**	**324,89**
Despesas Financeiras		(785,43)	-	(785,43)	(12,56)	-	(12,56)
Receitas Financeiras		438,74	-	438,74	337,45	-	337,45
Resultado Antes dos Impostos sobre o resultado		**7.793,35**	**(285,60)**	**7.507,75**	**6.807,93**	**(313,80)**	**6.494,13**
Despesas com Impostos sobre os Lucros		-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		**7.793,35**	**(285,60)**	**7.507,75**	**6.807,93**	**(313,80)**	**6.494,13**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação conforme permissão – (Reais Mil)	**2019**	**2018**
Ativo financeiro indenizável (Nota 1)	6.292,10	12.670,22
Imobilizado societário	0,00	0,00
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 3)	34.014,57	21.923,94
Total Societário	**40.306,67**	**34.594,16**
(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória	4.238,24	5.085,98
(=) Imobilizado +Intangível Regulatório	**44.544,91**	**39.680,14**

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para

efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador, ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[4] DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A diferença na depreciação e amortização de R$ 285,60 mil reais, entre a contabilidade regulatória (R$ 1.927,59) e societária (R$ 1.641,99), refere-se à realização do valor da Avaliação Regulatória Compulsória.

[5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é

transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

MüllerEyng auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 05 e 06 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser

adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** com data de 28 de janeiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 17 de abril de 2020.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8